

DOCUMENTO DE CONSULTA

A importância da Consulta

1. Este documento é concebido para nos elucidarmos das vossas opiniões. As ideias e propostas nele descritas foram debatidas na última reunião dos Comissários em Adis Abeba em Outubro de 2004. É um documento de *consulta*, concebido para nos ajudar a concentrar nas prioridades e investigar a significância e realismo de ideias. É um trabalho em curso. Não é um rascunho para o relatório da Comissão. Sugere algumas áreas possíveis sobre as quais a Comissão gostaria de receber recomendações de acção. São elas as correctas? Se elas forem, como devem ser desenvolvidas e avançadas? Têm outras sugestões? Quais seriam as vossas prioridades? Precisamos das vossas reacções. Estas serão reflectidas no relatório como também o irão ajudar a tomar forma.

O ponto de início da Comissão: Agora é a altura para agir

2. África é o único continente onde, nas duas últimas décadas, o rendimento per capita tem diminuído. Numa altura em que o resto do mundo – incluindo o resto dos países em via de desenvolvimento – tem desfrutado de um rápido crescimento económico, a maior parte da população de África foi deixada atrás, com quase que metade da população a viver com menos de \$1 por dia.

3. Mas a África está a mudar. Os últimos anos têm visto muitos menos conflitos e muitos mais governos africanos serem eleitos do que nos anos 80. A African Union (União Africana) (UA) está a proporcionar leadership política. Através da New Partnership for Africa's Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) (NEPAD), e de muitas outras maneiras a nível de países, África está a assumir os seus próprios problemas económicos e sociais: e, de acordo com os índices do Banco Mundial, a governança tem melhorado mais rapidamente em África do que em qualquer outra zona dos países em via de desenvolvimento. Durante a década de 90, quinze países africanos demonstraram taxas de crescimento médias mais rápidas do que 4% p.a. Muitos destes países beneficiaram de auxílio e muitos deles, por exemplo Uganda e Moçambique, têm presenciado uma diminuição na pobreza de rendimento durante um período prolongado. Existe uma forte evidência demonstrando que o auxílio externo consistente é presentemente muito mais efectivo do que digamos à 10 ou 15 anos atrás.

4. Contudo, os problemas da África – sejam eles baseados na história ou geografia ou causados por governos fracos, doenças, conflitos ou a mudança climática global – têm constituído um conjunto complexo de dificuldades que têm constringido o desenvolvimento. Sem um impulso constante, começando muito brevemente, são muito remotas as chances de alcançar os objectivos

acordados internacionalmente para reduzir a pobreza por metade até 2015 – os Millennium Development Goals (MDGs) (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio). Um esforço pequeno, de curto prazo ou fragmentado não vai parar a difusão da VIH/SIDA ou as mortes devido a malária. Não vai combater os efeitos da mudança climática. Não vai fornecer soluções aos problemas de má governança ou combater a falta crónica de paz e segurança que debilita os prospectos de crescimento. Não vai proporcionar o ímpeto crucial à infraestrutura necessária para crescimento. Nem vai resolver a falta de instituições sólidas e quadros de pessoal formados que despersuade investidores, tanto domésticos como estrangeiros, e impede que os serviços de saúde, educação e outros atinjam a população pobre.

5. Assim, a Comissão é da opinião que é altura para a comunidade internacional apoiar os esforços africanos e agir juntamente numa escala muito maior para ultrapassar os obstáculos que a África enfrenta. Demora vai apenas fazer os problemas futuros mais difíceis e alguns deles irreversíveis. Uma forte acção agora pode ver a África encaminhar-se para crescimento e desenvolvimento auto-sustentável que diminuirá a necessidade para auxílio.

O papel da Comissão – Trabalhar em parceria com a África

6. A Comissão para África foi estabelecida na primavera de 2004, para apoiar e gerar ideias e acções para uma África forte e próspera. É uma entidade independente com dezassete Comissários, nove dos quais são africanos. Irá produzir um relatório na primavera de 2005. O desafio para a Comissão para África é estabelecer propostas compreensivas, coerentes e práticas para acção pela comunidade internacional cuja, com a África na vanguarda, pode acelerar e sustentar crescimento e desenvolvimento em África. Vai auxiliar a promover e moldar uma relação nova entre o mundo rico e a África; um dos objectivos comuns e de parceria em acção.

7. O planeamento do curso a seguir é da decisão da África, da sua população, dos seus países e das suas instituições pan-africanas. As propostas da Comissão são em apoio a estes esforços, incluindo através da União Africana e NEPAD. A Comissão consultou organizações governamentais e não governamentais, dentro e fora de África. O trabalho da Comissão também se desenvolve do Plano de Acção para África dos G8, concordado em resposta a NEPAD.

Acção compreensiva para satisfazer necessidades específicas

8. Nesta reunião em Adis Abeba a Comissão debateu uma variedade de propostas para serem melhor examinadas e consultadas. Ao mesmo tempo que o processo de consulta estará a trabalhar para as aperfeiçoar. Agradecemos calorosamente comentários sobre os pormenores das propostas assim como a sua direcção geral. Se as propostas fossem implementadas ao mesmo tempo,

cada uma delas reforçaria o impacto da outra. Juntamente, elas ajudariam crescimento económico e desenvolvimento humano individual, se apoiado por uma governança forte e instituições e por paz e segurança.

9. O relatório vai reconhecer e responder às mudanças presentemente a decorrer na estrutura da sociedade africana, incluindo aumento da população e o movimento da população rural para as cidades. Ambos estão a ter um profundo impacto cultural, social e económico. África está a sofrer uma deslocação demográfica – metade da população do continente é agora menor de 15 anos – significa que as propostas têm que abordar as carências dos jovens africanos; em grande medida os objetivos das propostas deveriam fornecer aos jovens de África a oportunidade de moldarem o seu próprio destino.

10. A Comissão reconhece que nem todas as nações africanas se defrontam com os mesmos problemas económicos ou sociais, e que a história, geografia e cultura variam enormemente por todo o continente. A sua intenção é assegurar que uma compreensão das culturas africanas está reflectida e é respeitada nas recomendações da Comissão. Especialmente, tem que haver uma resposta africana à pergunta da razão para desenvolvimento, que inclui uma definição africana de comunidade, dignidade e bem estar. Uma parte final do relatório vai examinar as carências de recursos. O relatório vai fornecer evidência de que a África é capaz de aproveitar o aumento de recursos da magnitude sugerida. Muitas das recomendações vão-se concentrar no enriquecimento da qualidade das instituições do continente e a formação da sua população, e na generalidade a sua capacidade, desse modo aumentando a efectividade e produtividade de fundos extra para desenvolvimento.

11. Entre as questões difíceis com que a Comissão se está a deparar é como alcançar soluções que sejam suficientemente radicais para fazer uma verdadeira diferença à população de África, mas que não sejam tão radicais que sejam consideradas politicamente impossíveis de serem providas pelas nações dadoras. As vossas sugestões em como podemos atingir este equilíbrio seriam especialmente agradecidas pela Comissão.

O desejo para agir

12. O relatório vai propor acção não só pela África como pela comunidade internacional. Visto que a intenção do relatório é fornecer uma base para propostas às Conferências dos G8, UE e Revisão do Milénio de 2005, vai dar uma ênfase especial à acção de apoio a África pelos países ricos. Para acção ser crível, os países ricos têm que implementar os seus compromissos existentes – no mínimo comprometerem-se a uma agenda para alcançar 0,7% de GDP para assistência de desenvolvimento. Os países ricos não foram tão ricos mas a fracção do seu GDP dado em assistência de desenvolvimento é, a 0,25%, cerca de metade do que era em 1960.

13. Enquanto que o relatório se concentrará no que os governos dos países ricos podem fazer para apoiar África no seu desenvolvimento, há muito que o sector internacional privado, sociedade civil e a população dos países ricos podem fazer. A consulta da Comissão não se trata apenas de fazer recomendações, também tenciona desafiar aqueles que participam no debate da Comissão a resolverem o que eles, e não apenas os outros, necessitam de fazer para ajudar a alcançar as acções propostas.

14. Parte do desafio de criar um compromisso duradouro é tornar a África e o seu desenvolvimento numa questão doméstica nos países ricos. A Comissão está a trabalhar conjuntamente com o sector internacional privado e o sector privado em África para procurar opiniões não só sobre o que governos devem fazer mas também para examinar o que o próprio sector privado deve fazer. Esta colaboração está a produzir resultados e os resultados vão ser partilhados mais amplamente nas próximas semanas. A Comissão vai também consultar com a sociedade civil nos países ricos e em África sobre as propostas para criar um envolvimento e uma consciencialização mais fortes sobre os desafios de África. Isto pode incluir propostas, por exemplo, para professores voluntários, peritos financeiros, cientistas e por ai fora. Pode também envolver parcerias entre escolas em países ricos e em África. A Comissão agradece imenso ideias nestas áreas.

15. No passado, iniciativas têm sido atrasadas devido a falta de desejo político. O ano de 2005 é uma oportunidade especial para criar esse desejo político. A ONU vai avaliar o progresso dos MDGs na Conferência do Milénio e propor um plano de acção mundial. O Reino Unido vai ter as presidências do G8 e da UE, e África vai estar no centro da agenda. E vai ser o 20º aniversário de Live Aid, a ocasião em Julho de 1985 quando as pessoas do mundo rico reconheceram os problemas da África e os adoptaram, em humanidade comum, como deles próprios. Tudo isto vai ser apoiado pelas propostas da Comissão, e se este senso de humanidade comum pode ser novamente despertado em 2005, então poderemos iniciar a fundação de uma nova relação entre os países ricos e África.

16. Em todas as áreas de acção possíveis descritas seguidamente, esperamos que os que respondam a este documento consultivo nos dêem sugestões de como os objectivos podem ser alcançados.

RESUMO DE ÁREAS DE ACÇÃO POSSÍVEIS

As propostas da Comissão devem ter como objectivo promover tanto o crescimento económico como o desenvolvimento humano individual, suportado por forte governança e instituições, e paz e segurança. As nove vastas áreas para recomendações de política identificadas até agora estão ligadas e seguem a estrutura de trabalho da Comissão: governança; paz e segurança; desenvolvimento humano; cultura e inclusão; oportunidade e crescimento; auxílio e amortização de dívidas. Por baixo de cada uma existe uma série de áreas de acção potenciais.

GOVERNANÇA, PAZ E SEGURANÇA

1. Construir estados efectivos

O estado desempenha um papel central na promoção económica e desenvolvimento humano, mas muitas vezes falha na sua execução, devido a fraca governança e capacidade. Sem um bom progresso aqui a maior parte dos esforços de desenvolvimento não conseguem ter sucesso. NEPAD salientou estas dificuldades como sendo a origem de muitos dos problemas do desenvolvimento em África, e propôs e está a implementar a African Peer Review Mechanism (APRM) (Mecanismo de Revisão de Pares Africano). A Comissão gostaria de receber recomendações para acção que se concentrem em maneiras específicas de fortalecer governança e capacidade, especialmente de modo a:

- Fornecer apoio forte e oportuno pela comunidade internacional para o APRM e financiamento para fraquezas de governança e capacidade identificadas através das suas conclusões. Isto deve incluir dadores fornecendo assistência de desenvolvimento sustentável e previsível para gastos recorrentes, para permitir que os governos atraiam, motivem e retenham quadros de pessoal especializado.
- Concentrar International Financial Institutions (IFIs) (Instituições Financeiras Internacionais) na construção de estados efectivos que servem a população e promovem o desenvolvimento. Isto deve incluir maneiras sólidas, justas e eficientes de elevar receitas de modo que, conforme o crescimento se concretiza, África pode se tornar independente de auxílio externo e responsável perante a sua população pelos recursos públicos deles colhidos. Eles devem também auxiliar a instituir sistemas sólidos, efectivos e responsáveis por designar encargos e promover a sua efectividade.
- Apoiar iniciativas para um reaparecimento de educação superior em África, incluindo utilização de *south-south networks* (redes sul-sul). Existem uma série de iniciativas prometedoras tanto no sector privado

como no sector público e a Comissão vai investigar maneiras de as apoiar. De importância especial é o apoio a ciência e tecnologia. Este irá fornecer uma consolidação não só das instituições governamentais mas também das não governamentais que podem monitorizar o governo.

- Apoiar mecanismos para facilitar a participação de grupos diáspora na construção de estados. Isto funcionaria para ultrapassar as condições de fuga de capital financeiro e humano.

2. Aumentar transparência e reduzir corrupção

Uma falta de transparência no modo de funcionamento dos governos, e o modo como designam e implementam orçamentos, pode fomentar a corrupção, e fazer com que seja difícil os cidadãos responsabilizarem os governos. Transparência pode ser um mecanismo poderoso tanto para enriquecer a provisão geral pelo governo como a participação de grupos excluídos, incluindo mulheres. Falta de transparência em receitas, especialmente no sector de recursos naturais, pode contribuir para conflito. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção que se concentrem em maneiras específicas de aumentar a transparência e reduzir corrupção, especialmente de modo a:

- Solidificar o processo de desenvolver estratégias para redução de pobreza partilhada, participação pública nelas e a designação transparente de orçamentos em seu apoio.
- Dar forte aprovação política à Extractive Industries Transparency Initiative (EITI) (Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas), para fomentar a sua maior implementação e mobilizar financiamento para capacidade de construção a apoio dessa implementação.
- Promover aplicação de fundamentos de transparência a outros sectores.
- Promover programas de certificação em África para combater o tráfico ilegal de madeiras, com acção ainda pelo resto do mundo para assegurar que não importam madeiras ilegais.
- Promover mais transparência dos pagamentos de financiamento pelos IFIs e agências de crédito de exportação, e na generalidade fomentar a procura de normas pelo governo que promovam a transparência.
- Estabelecer mecanismos muito mais sólidos para localização e repatriamento de activos adquiridos ilicitamente.
- Fornecer recursos para melhorar a implementação de convenções existentes contra corrupção e suborno, e apoiar os esforços africanos para impedir a corrupção e branqueamento de dinheiro.
- Fortalecer a qualidade e utilização de dados em África, através da promoção de iniciativas existentes para o melhoramento da capacidade de estatísticas, fortalecer a exigência de análise (por exemplo, através de processos como avaliações de pobreza e sociais) e coordenação e simplificação dos sistemas de relatório e monitorização dos dados.

3. Promover paz e segurança

Conflito é destruidor, e danifica o progresso em todas as outras áreas de desenvolvimento. A Comissão tenciona pôr o foco na prevenção. A maneira mais poderosa de inibir o conflito é promover o desenvolvimento, ao qual todo o relatório está dirigido. Existem ainda algumas medidas específicas que a comunidade internacional pode tomar para reduzir o risco de conflito. E muito útil pode ser alcançado através de acção directa na resolução de conflito e reconstrução pós-conflito. Em todas as áreas relacionadas com conflito as instituições africanas devem desempenhar o papel principal na definição e legitimação de intervenções. A Comissão vai continuar a trabalhar com a UA e NEPAD para preparar propostas específicas para as melhores maneiras de apoiar o seu trabalho. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção que se concentrem em maneiras específicas de fortalecer a paz e segurança, especialmente de modo a:

- Tomar fortes medidas para impedir o conflito através de
 - i. Adoptar uma definição comum de ‘recursos de conflito’ e promover acção para controlar o seu tráfego (progredir da experiência do processo Kimberley para diamantes).
 - ii. Melhorar a regulamentação de empréstimos comerciais garantidos com recursos.
 - iii. Promover um Tratado de Comércio de Armas Internacional para controlo de armas de pequeno porte e armas ligeiras.
 - iv. Endurecimento dos acordos sobre regulamentação de corretagem de armas (territorial e extraterritorial) através de, por exemplo, criação de um programa de registo para corretores e agentes de transporte.
 - v. Fornecer financiamento flexível para fortalecer a capacidade das organizações africanas de empreender avisos prévios e mediação.

- Fazer uma contribuição efectiva para a resolução de conflito através de
 - i. Apoiar a ONU e as organizações africanas regionais e sub-regionais na clarificação de desempenhos, legitimidade política e processos para intervenção.
 - ii. Apoiar as iniciativas da UA sobre missões de paz (por exemplo resolver problemas logísticos) e melhorar a efectividade da reposta da comunidade internacional (por exemplo o papel das forças de reacção rápida).
 - iii. Construir a capacidade de longo prazo da UA/NEPAD e instrumento sub-regional da paz e segurança, por exemplo através de financiamento mais previsível e flexível e apoio a capacidade de quadros de pessoal.

- Promover o desenvolvimento efectivo da paz pós-conflito através de
 - i. Apoiar o trabalho da UA/NEPAD sobre coordenação e planemaneto para o desenvolvimento de paz pós-conflito.

- ii. Rever a abordagem do FMI/IFI a limites de encargos, para permitir maiores despesas na reconstrução de serviços básicos.
- iii. Promover ‘missões de paz de desenvolvimento’ – perícia de desenvolvimento ao lado as forças de missão de paz.

DESENVOLVIMENTO HUMANO, CULTURA E INCLUSÃO

4. Melhorar os sistemas de saúde para todos

De importância especial para o desenvolvimento humano e económico da África é a luta contra a VIH/SIDA. A escala total da situação ainda não nos atingiu totalmente. Se não forem feitos grandes investimentos agora, VIH/SIDA continuará a destruir o tecido social. Mas nenhuma iniciativa contra uma doença ou moléstia individual vai funcionar efectivamente se os sistemas de provisão de saúde não funcionarem. Por esse motivo as propostas concentram-se no desenvolvimento desses sistemas. A sua implementação deve assegurar acesso economicamente acessível ou, onde apropriado, acesso gratuito para a população pobre. A evidência demonstra que os sistemas funcionam melhor quando sujeitos a escrutínio pelas comunidades locais. Os países ricos devem demonstrar o seu compromisso através de fornecerem financiamento rápido e total para iniciativas existentes, incluindo o Fundo Mundial de luta contra a SIDA, Malária ea Tuberculose (Fundo Global) e a Aliança Global para as Vacinas e a Imunização (GAVI). Se implementado e combinado com melhoramentos nos sistemas de provisão de saúde, coordenação de iniciativas e mensagens adicionais de prevenção, tem o potencial de ganhar a luta contra a VIH/SIDA, malária e tuberculose. Como noutras áreas, este tipo de apoio necessita de financiamento contínuo, durante anos múltiplos e previsível. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção, especialmente de modo a:

(i) VIH/SIDA

- Assegurar que a comunidade internacional fornece o financiamento necessário para o combate à VIH/SIDA, com financiamento rápido e substancial para iniciativas existentes, tais como o Fundo Global.
- Dar a apoio à OMS para desenvolver linhas de orientação para alinhar e integrar financiamento de uma só emissão para a saúde, especialmente para a VIH/SIDA, a apoio de estratégias nacionais que abrangeriam também os ‘3 uns’ da VIH/SIDA (uma estratégia nacional, uma entidade de coordenação e um sistema de monitorização).
- Concentração na prevenção, especialmente para os jovens, através da integração da VIH/SIDA com provisão do serviço de saúde sexual e reprodutivo.
- Fornecer tratamento anti-retroviral através de sistemas de saúde mais fortes para satisfazer o objectivo ‘3x5’ global da OMS (incluindo 2

milhões em tratamento anti-retroviral na África até 2005) e prolongar a cobertura para abranger todos que sofram de VIH/SIDA.

(ii) Fortalecer os sistemas de saúde

- Fornecer uma leadership sólida para a coordenação de acção internacional efectiva em apoio a esforços domésticos para fortalecer sistemas de provisão de saúde e combater doenças individuais através de:
 - i. Edificar sistemas de saúde efectivos através da coordenação em quatro áreas fundamentais (recursos humanos, sistemas de informação, infra-estrutura física e produtos básicos essenciais, financiamento).
 - ii. Incorporar estratégias para ultrapassar doenças relacionadas com a pobreza muitas vezes ignoradas, incluindo doenças intestinais e nutricionais e cegueira dos rios.
 - iii. Apoiando uma maior obrigação de prestar contas pelos provedores de serviços de saúde.
- Financiar intervenções preventivas (ex. vacinas; alimentação nas escolas, assistência sanitária sexual e reprodutiva).
- Promover educação, especialmente a raparigas e mulheres, sobre saúde preventiva.
- Dar precedência a financiamento para abastecimento de água potável e sanitários.
- Enriquecer a capacidade africana para aprovisionamento de produtos, provisão e desenvolvimento (facilidade de aprovisionamento regional, transferência de tecnologia, investimento em ciência e tecnologia) e para compra em bruto de medicamentos e vacinas de modo que as companhias farmacêuticas sintam que vale a pena desenvolver e fabricar os tratamentos.

5. Investir em educação, especialmente para raparigas

Investimento na educação, especialmente para raparigas, tem um retorno entre os mais altos de todas as actividades de desenvolvimento. E promove a capacidade das pessoas, especialmente da população pobre, de participarem na economia e sociedade. Existem iniciativas sólidas e existentes para promover educação gratuita de qualidade em toda a África. Os países ricos devem demonstrar o seu compromisso fornecendo o financiamento para a sua implementação. A provisão eficiente dessas iniciativas contribuiria grandemente para satisfazer os MDGs da educação. Do mesmo modo que com os sistemas de saúde, a evidência demonstra que os sistemas de educação funcionam melhor quando obrigados a prestar contas a comunidades locais. Iniciativas ao abrigo da Proposta 1 (construir estados efectivos) sobre educação superior exercerão um efeito forte positivo na educação nos primeiros estágios.

A Comissão gostaria de receber recomendações para acção nestas áreas, especialmente de modo a:

- Satisfazer compromissos existentes de recursos, incluindo a Iniciativa Acelerada, para educação primária, com um foco em aumentar o acesso a raparigas.
- Expandir o alcance da Iniciativa Acelerada para resolver problemas de falta de professores, alimentação na escola, educação pós-primária, e a geração de habilidades apropriadas.
- Apoiar com África parcerias escolares, tanto para fornecer assistência directa como para promover maior compreensão de África nos países ricos.

6. Combater vulnerabilidade através de protecção social

A população pobre de África está especialmente vulnerável a riscos individuais e colectivos. O próprio desenvolvimento reduz vulnerabilidade, especialmente através de infra-estrutura rural e na generalidade desenvolvimento rural. Mas existiram sempre partes da comunidade que necessitam de protecção, ou através da criação de programas de trabalho ou através de transferências financeiras. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção nestas áreas, especialmente de modo a:

- Trabalhar com a UA e NEPAD para apoiar as suas iniciativas de programas de protecção social, tendo em conta as estruturas sociais existentes. Esses programas necessitariam de financiamento previsível de multi-anos e poderia agrupar o risco por todos os países.
- Fomentar a Organização Internacional do Trabalho (OIT), UA, NEPAD, as agências da ONU e o Banco Mundial a desenvolver análises conjuntas e monitorizar a pobreza e vulnerabilidade. Acção efectiva contra a pobreza envolve compreender as características da população pobre, a natureza da sua pobreza e aonde estão.

7. Respeitar a cultura africana e promover participação

África tem uma tradição de encontrar soluções na comunidade para problemas sociais e económicos. Uma abordagem activa ao desenvolvimento tem que colaborar com instituições locais e promover inclusão. Aqui, as recomendações são de natureza vasta visto que o desafio é incorporar a compreensão da cultura africana por todo o apoio externo em vez de através de iniciativas culturais específicas. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção, especialmente de modo a:

- Encorajar que todos os dadores estruturam o seu trabalho para se adaptar à cultura africana; isto deve incluir colaboração com as comunidades

religiosas, cujas, por exemplo, fornecer cerca de metade da educação em África.

- Desenvolver medidas para encorajar maior participação comunitária, incluindo maior participação por mulheres e jovens, quando formando normas de doação.
- Apoiar o trabalho da UA e NEPAD sobre cultura.
- Assegurar que a cultura é considerada em todas as áreas de acção da Comissão.

OPORTUNIDADE E CRESCIMENTO, AUXÍLIO E AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA

8. Promover crescimento

A força mais poderosa para reduzir a pobreza é o crescimento económico, com forte participação pela população pobre. Esse crescimento vai ser conduzido pelo sector privado mas é o estado que, em grande medida, determina o ambiente no qual o sector privado funciona e a possibilidade da população pobre de participar. Por esse motivo a promoção do crescimento é melhor da colaboração conjunta do estado, do sector privado e sociedade civil. Muitas empresas grandes estão a reconhecer e agir nas suas responsabilidades para com as sociedades nas quais trabalham mas muitas deveriam fazer muito mais. A Comissão vai incorporar no seu relatório os resultados de uma série de estudos feitos conjuntamente com o sector privado (sobre tópicos incluindo comércio, governança, transparência, responsabilidade corporativa, administração de alfandega). As recomendações vão incluir o que o sector privado deve fazer. Reconhece no entanto que a maior parte dos postos de trabalho para a população pobre são em pequenas e médias empresas (incluindo herdades de família) e vai assegurar que as suas propostas estão estruturadas de modo a promover um bom ambiente económico para todos. O comércio pode accionar o crescimento. As propostas cobrem não só acesso a mercados dos países ricos mas também, e igualmente importante, o aumento da capacidade para comércio. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção nestas áreas, especialmente de modo a:

(i) O clima de investimento para crescimento, incluindo infra-estrutura

- Assegurar apoio financeiro substancial de longo termo (incluindo custos recorrentes) para programas de infra-estrutura de NEPAD e Organizações Económicas Regionais. Trabalhar com a UA, NEPAD e países africanos para identificar mecanismos de financiamento apropriados, com grande envolvimento africano no seu governo, para infra-estrutura regional e local. Estes mecanismos devem assegurar que os programas de infra-estrutura são configurados às carências de desenvolvimento (rural, nacional, e internacional) em vez de 'projectos prestígio', e são responsáveis ecologicamente e socialmente.

- Apoiar programas agrícolas da NEPAD e reconstrução da pesquisa agrária de África, serviços de desenvolvimento e extensão, incluindo capacidade de universidades.
- Assegurar apoio financeiro a Investment Climate Facility da NEPAD.
- Trabalhar para enriquecer o papel das execuções por delegação na economia africana, melhorando o clima de investimento.

(ii) Comércio

- Fornecer leadership política de modo que Doha promove desenvolvimento, incluindo reforma de herdades da OCDE que combate vigorosamente os problemas de subsidiários, obstáculos pautais e não pautais. A Comissão fará propostas para uma redução rápida e temporal dos subsidiários que contribuem para produção demasiada nos países ricos de produtos básicos onde África tenha uma vantagem comparativa. E irá propor mecanismos identificando e rapidamente eliminando obstáculos não pautais vexatórios, incluindo aqueles constituindo aplicação agressiva e burocrata dos regulamentos de origem.
- A velocidade e maneira de baixar as barreiras comerciais em África é uma decisão de desenvolvimento que deve ser feita com cuidado. A Comissão pergunta se existe uma necessidade para retribuição por países africanos a ser uma condição para baixar as barreiras dos países ricos.
- Pressionar para continuação de acesso preferencial ou enriquecido, para África até 2015 dentro do contexto geral de redução de barreiras, isto é excluir África de barreiras para exportação para os países ricos.
- Explorar mecanismos para apoiar ajustamento comercial, incluindo protecção dos vulneráveis e pobres.
- Apoiar facilitação de medidas comerciais (por exemplo ajudando a satisfazer padrões de qualidade) e integração regional.

(iii) Emprego

- Fomentar ligações comerciais do sector privado com Pequenas e Médias Empresas (PMEs), e parcerias (ex. Global Business Coalition on HIV/SIDA).
- Promover geração de postos de trabalho lideradas pelo sector privado, tendo atenção aos grupos excluídos, incluindo mulheres e jovens (ex. apoio para a rede de emprego de jovens da OIT/UA).

9. Criar uma nova visão para assistência de desenvolvimento

Os recursos da magnitude necessária não podem provir apenas de África. Pelo menos é necessário o dobro de recursos externos por ano, e brevemente, para que África tenha qualquer chance de satisfazer os MDGs. Isto está ao fundo da série de cálculos necessários para os MDGs. Ao mesmo tempo é um nível cujo estamos confiantes que será utilizado efectivamente; a Comissão vai introduzir

a evidência disto. Se gasto principalmente em infra-estrutura (incluindo rural), saúde e educação poderia representar um impulso, em média, de 50-75% em financiamento público nestas áreas, consistente com uma série de estimativas de necessidades de MDG em áreas específicas. Este seria um programa de recursos para crescimento e para a participação da população pobre. A Comissão gostaria de receber recomendações para acção, especialmente em como:

(i) Volumes de auxílio

- Dobrar o auxílio a África, de níveis em 2004, começando em 2006, com um forte aumento em auxílio nos anos subsequentes. O G8, que dá uma média proporção de GDP substancialmente mais baixa relativa à maioria dos países ricos, deve tomar responsabilidade especial pelo aumento. A maioria dos fundos a circular através de canais existentes multilaterais e bilaterais mas com recursos substanciais para os programas identificados e muito maior envolvimento de África nas decisões de implementação.
- Implementar o fundo de financiamento internacional para permitir acção urgente; e fomentar maior desenvolvimento de outros mecanismos financeiros inovadores, como por exemplo impostos na energia e movimento de capital.
- Satisfazer compromissos existentes de iniciativas de financiamento, incluindo para saúde e educação.
- Aumentar rapidamente o auxílio em países que se estejam a movimentar solidamente para construção de estados efectivos e encontrar maneiras de apoiar aceleração onde o movimento seja vagaroso.

(ii) Amortização de dívida

- Financiamento de G8/EU, e melhor utilização do ouro de FMI, para permitir ainda maior amortização de dívida, incluindo cancelamento do serviço de dívida multilateral de 100% tanto dentro dos países pobres fortemente endividados e para além.
- Aumentar financiamento de subsídios para limitar a acumulação de dívidas novas.

(iii) Qualidade de auxílio e provisão

- Concordar framework de ligação de responsabilidade de prestação de contas mútua para auxílio mais flexível, de longo prazo, menos condicionador, mais previsível, alinhado por detrás de sistemas nacionais.
- Criar uma instalação de desembolso rápido para subsídios para atenuar os custos de choques negativos do comércio internacional ou desastres naturais.
- Trabalhar com as instituições financeiras internacionais para assegurar que elas podem providenciar efectivamente este pacote de medidas. Isto deve incluir um forte enriquecimento da voz africana nas instituições

internacionais fora de África e fortalecer ainda mais o Banco de Desenvolvimento Africano.